

ADFA

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
P. da Independência - Tel. 362167 - L. de S. Domingos - LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EDITORIAL MINERVA
Rua da Alegria, 30 — LISBOA

EDITORIAL

Fez um ano no dia 11 de Março que a jovem democracia portuguesa sofreu o primeiro ataque a fogo. Aviões e helicópteros saídos de Tancos, onde se encontrava montado o quartel general do golpe, sobrevoaram o RALIS em Lisboa e dispararam. Bombardearam uma das unidades mais progressistas, uma das unidades que mais atemorizava os senhores do capital e do regime fascista. As balas saídas dos canhões dos helicópteros deixaram as suas marcas bem claras nos muros e nos telhados do quartel. Bem mais claras e trágicas ficaram ainda no corpo dos soldados, alguns por elas feridos e um (o soldado Luís) com a vida ceifada. Foi mais um soldado de Portugal, como muitos outros milhares, vítimas dos senhores do fascismo e do colonialismo.

Volvido um ano após o 11 de Março de 1974, as interpretações desses acontecimentos continuam a ser dispares e contraditórias. Há quem ouse, para interesse próprio, iludir a realidade e apresentar uma outra verdade fabricada, como muitas verdades fabricadas se apresentavam (impingiam) ao povo português durante as guerras coloniais. É ousado, mesmo depois dos écrans da televisão terem apresentado a milhões de portugueses aquilo que as suas câmaras captaram durante o ataque, mesmo assim se pretende iludir a realidade. Onde quererão os políticos sedentos do poder que tinha Marcelo e Salazar chegar? Quererão mesmo chegar ao ponto de pretenderem que o povo deixe de acreditar naquilo que os seus próprios olhos vêem? Exímios esses senhores políticos! Aliás bem treinados no acto de ludibriar e enganar o povo. Praticaram esse acto durante treze longos e duros anos de guerra, apresentando às famílias portuguesas filhos destroçados e desaparecidos, mas iludindo a realidade perante o País, mentindo constantemente, falando de uma guerra que não provocava mortos nem feridos, nem... nem desaparecidos. E os desaparecidos... os desaparecidos, senhores responsáveis de então (e quase responsáveis de agora) que é feito deles? Há muito a dizer sobre eles. Há muitas contas a ajustar. Vai sendo tempo de ajustar essas contas e outras, e de o povo pôr termo, de uma vez para sempre, à actuação livre e descarada dos seus inimigos, dos seus carrascos.

QUEM TEM MEDO DOS DEFICIENTES?

Deficientes sinistrados no trabalho analisam a sua situação

(Ver pág. 7)

CONCLUSÕES DO 1.º CONGRESSO NACIONAL DA ADFA

A ADFA É UMA ASSOCIAÇÃO LIVRE

Art.º 4.º 3. A ADFA deverá ter sempre uma actuação anti-fascista, orientando a sua política de reabilitação e reintegração sócio-profissional dos deficientes numa perspectiva socialista.

Art.º 5.º 1. A ADFA tem por essencial objectivo a defesa dos interesses comuns de todos aqueles que se deficientaram durante a prestação do serviço militar, assim como os daqueles que à data da morte do militar ou do deficiente dele dependem directa e economicamente.

2. d) Fomentar e desenvolver nos meios de comunicação social toda a problemática inerente a deficientes, de molde a motivá-los e consciencializá-los, bem como à sociedade, a fim de pôr termo à marginalização.

6. São deficientes, em relação aos quais a ADFA exerce os seus fins, todos os indivíduos portadores de deficiência permanente física ou mental resultante de acidente ou doença adquirida ou agravada durante a sua prestação de



serviço militar, independentemente da data da sua incorporação.

Art.º 16.º São órgãos administrativos da ADFA a Assembleia Geral Nacional, Secretariado Nacional, Conselho Directivo Central, Conselho Fiscal Central, Assembleia de Zona, Conselho Directivo de Zona, Conselho Fiscal de Zona, Plenário de Delegação, Conselho Directivo de Delegação, Plenário

de Sub-Delegação e Conselho Directivo de Sub-Delegação.

O 1.º Congresso Nacional da ADFA realizou-se em Coimbra nos dias 28, 29 de Fevereiro e 1 de Março. Aí foi aprovado um projecto de novos estatutos para a Associação, que serão apresentados à Assembleia Geral a realizar, em princípio, em 20 de Março.

De acordo com o definido pela última Assembleia Geral (que decidiu mandar realizar o Congresso), participaram nos trabalhos em Coimbra representantes de todas as delegações, além de representantes de distritos onde ainda não funcionam delegações.

Além de trabalhos de análise, apareceram teses (propostas de projectos de estatutos) de Lisboa, Porto, Famalicão, Braga, Coimbra, Viseu e Évora.

No final dos trabalhos foi elaborado o seguinte comunicado:

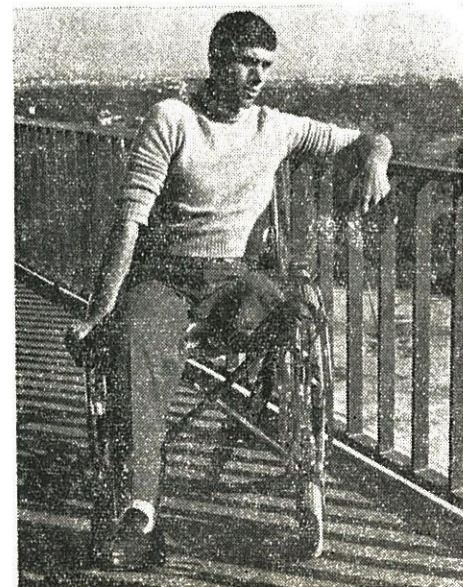
«Realizou-se, nos dias 28, 29 de Fevereiro e 1 de Março, em Coimbra, o 1.º Congresso Nacional da ADFA, com representantes de todas as Delegações, que teve como ordem de trabalhos a alteração de Estatutos.

Os Estatutos dos Deficientes das F.A., actualmente em vigor, encontravam-se há muito ultrapassados pela rápida expansão da Associação, não sendo capazes de dar a essa expansão uma cobertura suficiente.

Os Estatutos aprovados neste primeiro Congresso da ADFA são dotados de uma estrutura orgânica

Os Deficientes no Alcoitão

Muito haveria a dizer sobre Alcoitão (Centro de Medicina de Reabilitação); muito haveria a dizer sobre as mal aproveitadas e muitas vezes ineficientes obras de fachada; muito haveria a dizer sobre a pouca ou nula reabilitação



que os respectivos centros portugueses fazem e o muito que poderiam e deveriam fazer. Muito haveria a dizer sobre a necessidade política que o regime fascista tinha em levantar edifícios imponentes, ostentando lápidas, comemorando inaugurações para lá dentro albergar o vazio e a inoperância; muito haveria que dizer sobretudo o que continua a ser feito. Muito diremos em outras oportunidades. Agora, para já, vamos ouvir o que nos disseram dois deficientes (um militar e um civil) no Alcoitão.

Ouvimos primeiro o Armando Ventura Baptista, soldado condutor, vítima de acidente com a viatura que conduzia:

EU TAMBÉM SOU DFA

Conheço a Associação e os fins porque se propõe lutar. Eu também sou um DFA. Sou amputado da perna esquerda por cima do joelho,

(Continua na 2.ª pág.)

(Continua na 5.ª pág.)

Os Deficientes no Alcoitão

(Continuação da 1.ª pág.)

resultado de um acidente de viagem na Azambuja com uma viatura pesada do Exército.

Fui para a tropa como todos têm que ir, como todos éramos obrigados a ir, como resultado disso vim a ficar deficiente como já muitos outros ficaram.

Eu acho que se pode fazer muito pelos Deficientes cá, parece-me que podem ajudar-se uns aos outros, porque nós — Deficientes — há uns que têm mais condições monetárias que outros. Porque há muitos deficientes que têm família que pode muito mais que a família de outros.

TODOS OS DEFICIENTES SÃO AINDA APTOS A DESEMPENHAR TAREFAS ÚTEIS

Eu acho que para começar deveria dar-se um curso a esses homens e depois empregá-los todos. Eu acho prioritário o deficiente trabalhar naquilo para que as suas restantes capacidades ainda dêem. Mediante um curso adequado todos os deficientes são ainda pessoas aptas a desempenhar tarefas úteis. Eu acho que é um óptimo meio de cura o deficiente trabalhar naquilo que pode fazer dentro das suas limitações, pois nunca mais pode fazer o que fazia antigamente.

Eu antes de ser deficiente já estava em contacto com os problemas dos deficientes do nosso País, pois que trabalhava aqui no C.M.R. e conhecia isto. Pensava da seguinte forma: bolas, um indivíduo é obrigado a ir para a tropa, vem de lá todo extropiado e vem para aqui é obrigado a vir para aqui. Eu ouvia-os dizer, vimos para aqui e não temos nada, falta-nos isto e aquilo. Agora a mim aconteceu-me o mesmo, fui para a tropa, sou um deficiente das Forças Armadas e realmente vejo que não tenho nada. Vejo que a tropa o que me tem feito até aqui é o mesmo que nada.

Eu, com os meus olhos, aqui, via o que era o Ultramar e o que fazia ao povo português.

Eu até aqui só tenho pensado em curar-me, desde que tenha a minha perna e possa andar por mim, sem ser na cadeira de rodas, quero começar a trabalhar, a fazer trabalhos que eu possa fazer.

Quero continuar a trabalhar cá no Centro, primeiro porque já cá trabalhava e em segundo lugar porque decerto que lá fora não vou encontrar um serviço que seja compatível com as minhas capacidades porque aqui, se não puder fazer aquilo que fazia antes, terão que me dar tarefas que eu possa cumprir. Mas se for lá para fora é difícil arranjar trabalho.

NÃO FICO COM QUALQUER ESPÉCIE DE PENSÃO

Eu uma vez que não fico com qualquer espécie de pensão da tropa, embora tenha sido na tropa que me alejei tenho que procurar outros meios de subsistência, quero bastar-me a mim próprio sem ser peso para ninguém.

Um soldado na tropa ganha muito pouco, mas todos aqueles que durante o serviço militar ficaram deficientes deviam ter um subsídio fosse qual fosse a deficiência, claro que há alguns que precisam mais que outros, eu por exemplo nos braços não tenho nada e com os braços ainda posso vir a fazer algu-

ma coisa, agora os cegos e esses assim grandes deficientes acho que precisam mais do que eu.

Acho que devia haver alguém que olhasse para isso, para que se arranjassem estruturas para que essas pessoas que hoje pedem esmola nas ruas pudessem ter aquilo que necessitam sem precisarem de andar pela rua de mão estendida à caridade pública.

Claro, se houvesse uma Associação com o apoio do Estado desse cursos de formação a toda essa gente e tentasse colocá-los a trabalhar isso já era um passo para eles deixarem de esmolar pelas ruas.

Eu sei que a Associação tem oficinas protegidas, acho que nesse aspecto está a trabalhar bem, e parece-me que deve continuar a dar cursos e a colocar deficientes em lugares compatíveis com as suas capacidades. Acho fundamental os cursos de reabilitação profissional no processo de reabilitação do deficiente.

NÃO SEI PORQUE É QUE O CENTRO NÃO É TOTALMENTE APROVEITADO

Acho que posso dar essa panorâmica mais ou menos geral do que aqui se passa: toda a reabilitação passa por diversas fases, começando geralmente pelo ginásio de fisioterapia, piscina. Em todas as fases há assistência de técnicos especializados, toda a reabilitação aqui feita é quanto a mim uma reabilitação em condições. No entanto o Centro não está a trabalhar a 100% ainda há muitas coisas desaproveitadas, temos ainda pisos por abrir e há cá muito pessoal especializado que também não dá o rendimento que poderia dar nas condições ideais, o pessoal que aqui há devidamente aproveitado fazia trabalhar quase o Centro todo. Não sei porque é que o Centro não é totalmente aproveitado, sei apenas que metade das instalações estão fechadas, isto é, apenas está aberta a parte esquerda do Centro, quando existe também uma parte direita que é igual à esquerda e está encerrada, embora haja deficientes em Portugal em número suficiente para o Centro trabalhar a 100%, e talvez até para encher mais alguns centros de reabilitação além deste. Neste momento, e com metade fechado, existem muitas pessoas à espera de vaga para entrar para cá. Não sei porque é que não aproveitam completamente as instalações que aqui existem, apenas sei que há técnicos, há instalações e há deficientes, no entanto apenas são aproveitadas cerca de 50% das possibilidades que aqui temos, falta de verba também não deve ser pois que os técnicos quase chegam os que aqui estão e esses todos têm ordenados, trabalhando ou não, isto aqui têm muito melhores condições que o H. Militar, portanto eu acho que todos aqueles que lá estão podiam e deviam vir para aqui onde tinham mais condições para serem reabilitados, isto é, aqui há uma reabilitação completa enquanto que no hospital militar (Anexo) não há quaisquer condições para uma reabilitação. Eu estive lá três ou quatro dias e fiquei cheio daquilo.

Em minha opinião o Anexo é mais parecido com uma pocilga que com um hospital. A metade deste centro que funciona dá o seu total ren-

dimento, só é pena que não funcione todo e pudessem vir para cá aqueles que ainda são obrigados a estar no Anexo.

O DEFICIENTE DEVE ESTAR SEMPRE A PAR DA SITUAÇÃO QUE SE VIVE NO PAÍS

Aqui no Centro parece-me que foi sempre tudo igual, tão bem se tratava o capitão como o soldado, fosse quem fosse era bem tratado. Há uma certa diferença na situação política, há mais liberdade de expressão, pena é que muitas pessoas tivessem agido antes de pensar e terem estragado algumas coisas, no entanto não há dúvida que a situação depois do 25 de Abril é muito melhor, pois podemos falar e expressar o nosso modo de pensar sem receios, pois eu acho que o deficiente é acima de tudo um cidadão como outro qualquer e deve estar sempre a par da situação que se vive no País e deve tomar parte activa na vida do País.

Aqui no Centro eu já quase não me considero um doente embora esteja aqui apenas à um mês e os meus antigos colegas de trabalho também já não olham para mim como um doente, sou mais o camarada de antigamente, embora agora deficiente, do que o doente, o amputado, é a mesma coisa.

Aqui também se correm riscos de acidentes de trabalho, mas aqui desde que possam trabalhar, mesmo depois do acidente, são reintegrados no antigo lugar ou num compatível com as suas capacidades restantes. Só em último caso são reformados.

Voltando atrás, eu acho que num hospital uma coisa que conta muito para um doente internado é a higiene, é das coisas mais importantes, até porque se não houver higiene podem infectar feridas e trazer complicações. Ora se não há higiene o doente está sempre preocupado e pode até ser vítima de traumas, só porque está preocupado com aquilo que a falta de higiene lhe pode vir a fazer.

Os factores fundamentais para uma boa reabilitação, quanto a mim, são: primeiro, a higiene; segundo, o convívio; no entanto não podem ser desligadas um do outro, pois completam-se, sem estes dois factores durante o tempo hospitalar é difícil a reabilitação e reintegração social do Deficiente. Trabalham aqui enfermeiros de ambos os sexos e não há qualquer diferença, ambos se comportam como profissionais que são e não há qualquer espécie de choque nas enfermeiras ao tratarem de um diminuído, fazem o seu trabalho absolutamente à vontade. Aliás eu acho que a mulher devia em todos os campos ter as mesmas possibilidades que o homem, pois quanto a mim tem capacidades idênticas e para alguns trabalhos revela até mais aptidões.

TENHO 22 ANOS E TENHO TODA A VIDA À MINHA FRENTE

Até agora tenho vivido em casa dos meus pais, o meu pai é trabalhador rural, tem tido sempre grandes dificuldades, como todos os trabalhadores rurais do nosso país tem sido sempre um explorado. Comecei a trabalhar muito cedo e nunca tive acesso ao estudo, porque o meu pai, com aquilo que ganhava a trabalhar a terra, nunca teve possibilidades económicas de me mandar estudar. Eu ainda fui estudar de noite para fazer o primeiro e segundo ano mas tive que desistir, pois devido às fracas posses do meu pai eu não podia continuar por falta de condições, pois

dormir pouco e má alimentação deita uma pessoa abaixo.

Tenho sete irmãos, são todos meus amigos. Se antes de eu ser deficiente eram meus amigos, agora ainda o são mais, se isso é possível. No aspecto moral têm-me dado uma ajuda excepcional, pois se não temos apoio moral todas as outras condições falham por muito boas que sejam.

Dos meus sete irmãos só as raparigas é que estudaram, porque estiveram internadas num asilo, foi por sermos muito pobres que elas foram internadas, mas mesmo assim foi bom porque doutra forma nunca poderiam ter estudado, pois que para os colégios só os ricos podem mandar os filhos.

Acho que posso fazer o mesmo trabalho, eu era operador de máquinas e o único contra que vejo é que tenho de andar todo o dia em cima da perna, só depois de experimentar é que posso dizer se há algum contra, quero é sair da cadeira de rodas e depois verei, estou pronto para começar a trabalhar aqui no Centro. Eu quando era trabalhador do Centro praticava desporto, jogava futebol e andebol, agora que sou deficiente acho que posso continuar a praticar, embora tenham que ser outras modalidades. Aqui em Alcoitão acho que as instalações para desporto poderiam ser melhores, pelo menos basquete e futebol de salão, as outras são razoáveis. Os balneários e restantes equipamentos são óptimos e mesmo adaptados para nós.

Tenho agora 22 anos e tenho toda a vida à minha frente, espero não me vir a tornar um peso para a sociedade, penso também valorizar-me culturalmente, penso que a par da reabilitação que ainda venha a ter devo também frequentar algum curso de especialização profissional para ficar com uma segurança para o futuro.

Penso associar-me na ADF, não pelas vantagens que eu vejo para mim mas também pelas que vejo para os outros, pois que ao ser sócio da ADF, ajudo-me a mim e aos outros, isto é, ao ser sócio ajudo-me porque se precisar de alguma coisa a Associação ajuda-me e ajudo outros que porventura possam precisar mais do que eu da Associação.

Muitos deficientes nunca foram reabilitados, porque quem estava à frente dos destinos do País não se interessava por isso. Quando um indivíduo vinha deficiente do Ultramar e chegava cá não tinha qualquer ajuda, só tinham ajuda aqueles que se sabiam mexer, era a lei da cunha, quem não soubesse mexer-se ficava sem nada e ficava inválido.

No Alcoitão também há deficientes civis, muitos deficientes. Mas muito mais ainda são aqueles que aguardam numa bicha infundável para aí poderem entrar, para aí poderem receber um pouco de reabilitação. Muitos mais são ainda aqueles que nem chegam a entrar na bicha de espera para o Alcoitão.

A seguir transcrevemos as palavras de Jorge Miguel, deficiente civil, natural da Madeira e presentemente em tratamento no C.M.R. do Alcoitão.

FUNDAMOS UMA ASSOCIAÇÃO

Sou deficiente civil, paraplégico, sócio fundador da A. D. da Madeira. Começo por me identificar, sou o Jorge Miguel e já sou conhecido há muitos anos cá em Alcoitão, vim cá pela primeira vez em 1969, pois tive o meu acidente em 1968, sou natural da Ilha da Madeira, pois até à data em que tive o acidente não estava assim bem dentro do assunto de Associações de Deficientes pois nunca tinha sido

deficiente, não estava assim a par dessas dificuldades que os deficientes tinham. Tive o acidente, vim cá ter, tomei vários conhecimentos e ao regressar à minha terra, pensei então em formar uma associação, pois achava que nós tínhamos essa necessidade. Eu e outros colegas andámos lá bastante tempo nessa luta, até que conseguimos formar a Associação e depois de bastante trabalho conseguimos obter uma sede. A nossa Associação não é uma Associação que esteja separada das outras, não é independente, nós não desejamos que seja uma Associação só civil ou só militar, o nosso objectivo era congregar no nosso seio tanto os deficientes civis como militares, sem distinção, na mesma Associação, pois lá na minha terra não há outra.

Nós em princípio tivemos bastante apoio de todas as pessoas que tomavam conhecimento da Associação, tanto civis como militares, mas sabe-se, foi na altura do 25 de Abril e, nessas confusões, todas as entidades superiores andavam mais preocupadas com o problema político do que com os outros problemas, pois tivemos uma série de dificuldades em obter o tal apoio necessário e de que tanto precisávamos. Mas, com muito trabalho, conseguimos e a nossa Associação, felizmente, está a funcionar, embora eu já há bastante tempo que lá não vá, uma vez que sou obrigado a estar cá no continente por motivos de saúde, mas eu acho que aquilo lá deve estar em progresso, pois tenho lá um meu camarada que é presidente, em que eu há tempos contactei com ele e ele mandou-me dizer que já tinham bastantes sócios e que estavam também a entrar em contacto com as outras associações congéneres que existem no país.

Era o nosso objectivo ao criá-la, congregar no seu seio deficientes militares e civis sem qualquer distinção.

O POVO NÃO SABIA O QUE ERA UMA ASSOCIAÇÃO

Logo que nós começámos a transmitir ao povo o que era a nossa Associação, pois que o povo lá nunca tinha tido contacto com nada deste género, não sabiam o que significava uma Associação, para que era, para que servia. Logo que explicámos tudo isto, as pessoas aceitaram, apoiaram como puderam e disseram que era uma boa ideia e que não podíamos parar, que tinha que seguir para a frente, logo aqui isto foi meio caminho andado.

Houve uma aceitação total por parte da população.

TAMBÉM TENHO PROBLEMAS COM O SERVIÇO MILITAR

Eu acho que se os deficientes das F.A. são deficientes e que se os deficientes civis são deficientes, se todos somos portugueses e todos somos deficientes eu acho que deve haver uma aliança e não haver duas classes de deficientes, ou duas qualidades.

Eu fiquei deficiente num acidente de automóvel na Madeira aos 18 anos, estive lá um ano hospitalizado e depois vim para cá. Sobre isto há ainda uma coisa curiosa que eu gostava de referir, embora paraplégico eu também tenho problemas com o serviço militar, porque quando tive o acidente, como atrás disse tinha 18 anos, depois vim para cá e na altura de ir à inspecção militar para ser integrado nas forças armadas, eu estava no Porto a fazer um estágio de reabilitação

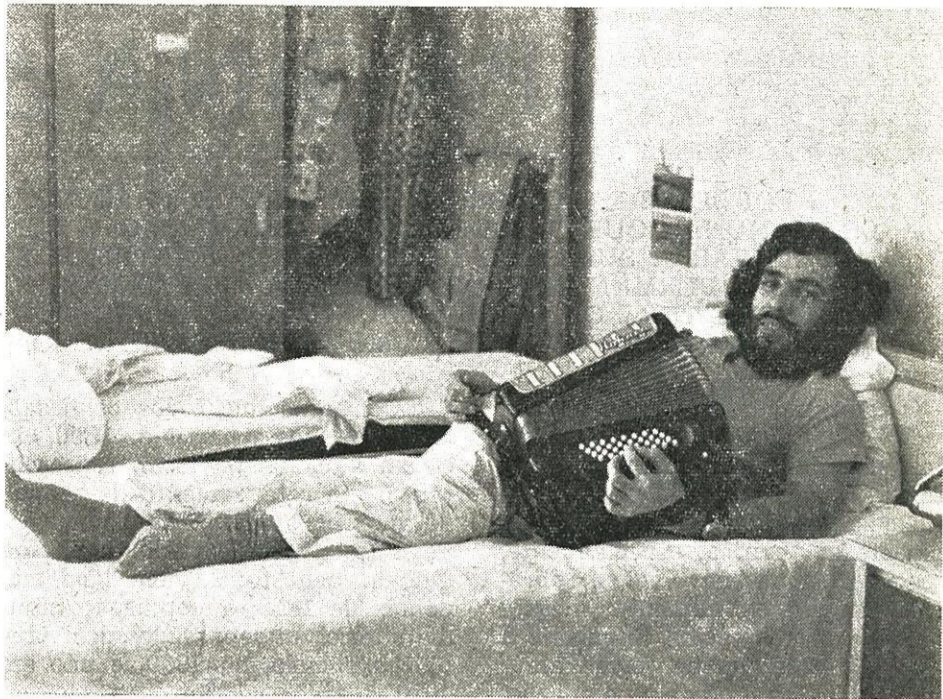
profissional, contactei lá para a minha terra para saber se eu podia ir à inspecção cá no Porto ou se era preciso ir lá à Madeira, de lá responderam-me que em todo o tempo em que eu chegasse à Madeira, como era deficiente, tinha que me apresentar ao Comando Territorial Militar. Em 1970 eu já estava para ir para o quartel, mas como era deficiente eu não podia assentar praça fui-me lá apresentar ao comando militar, onde me mandaram ir a uma junta de inspecção, não decidiam e puseram-me durante algum tempo a ir lá todos os dias. Eu não tinha meios de transporte para lá ir pois eu vivia a quarenta e tal quilómetros do quartel, obrigavam-me, lá um senhor doutor dizia, meu amigo hoje não fica nada despachado, tens que cá estar amanhã às nove horas. Eu cheguei a uma altura que disse, o sr. doutor desculpe mas eu não posso andar cá todos os dias porque não tenho meios para pagar o meio de transporte para vir cá, só poderei cá vir se me derem transporte, e além disso não me posso deslocar todos os dias pois tenho determinados problemas de saúde derivado a ser paraplégico. Aí ele embirrou comigo e obrigou-me a ficar no quartel durante um mês. Fiquei na enfermaria durante um mês, depois de ter refilado, dizendo que não tinha meios para o transporte.

Depois desse mês eles não resolviam nada, e começaram a dizer que eu talvez tivesse que voltar cá ao continente para nova inspecção e nunca resolviam, até que eu pedi para ir para casa e nunca mais lá apareci e isto ficou tudo assim em águas de bacalhau, sem nada resolvido e a minha situação continua ilegal. Ele então participou-me que eu ficava refractário. Eu perguntei-lhe porque motivo é que tinha estado cá em Lisboa e me disseram que era lá e agora estavam novamente a dizer que era cá, nunca mais me tratavam do assunto de vir cá e ainda mais se eu ia lá à inspecção à frente de cinco ou seis médicos como é que não podiam provar que eu era paraplégico. Ele respondeu-me que não sabia se eu era paraplégico ou não, eu então agarrei nas pernas com as mãos levantei-as dizendo-lhe, mas afinal eu sou paraplégico ou não sou? Parece-me que isto está patente aos olhos de toda a gente. Ele então irritou-se e fechou-me lá dentro de castigo até que os apanhei distraídos e fugi.

Agora estou aqui no Alcoitão, porque fui submetido a uma operação para uma raspagem ao osso e voltei cá também para uma revisão de aparelhos, pois que quando cá estive da primeira vez a fazer a reabilitação basicamente física levei uns aparelhos com os quais conseguia andar um bocadinho de pé e agora voltei por causa da revisão, pois que reabilitação, essa está feita, nunca mais andarei de pé, sem aparelhos.

Lá na Madeira agora não tenho profissão, ocupo-me da Associação, pois que a profissão que exercia antes da deficiência não posso exercê-la agora, depois tirei a profissão de relojoeiro mas lá não há condições para a poder exercer, por isso me dediquei à Associação.

A mim parece-me que os deficientes nas minhas condições, depois do prazo mínimo de reabilitação médica devem voltar-se para a reabilitação no campo profissional, pois que eles fisicamente pouco mais dão e vai muito lentamente, além disso nós na nossa profissão dia a dia estamos a fazer a reabilitação.



Jorge Miguel, deficiente civil da Madeira

O DECRETO DEVIA TER SAÍDO PARA OS DEFICIENTES EM GERAL

Sobre o Decreto-Lei 43/76 eu ainda não o li todo, eu acho que ele não está justo, devia abranger todos, sem distinções, e não só uma parte. Como está o decreto parece-me que só abrange aqueles que já eram privilegiados. Há uns que já estavam favorecidos e esses agora são-no ainda mais.

O decreto devia ter saído para os deficientes em geral e não como saiu.

Eu não posso pronunciar-me bem sobre isso, mas acho que o truque está às claras, se há uma minoria de deficientes a gritarem que querem isto ou aquilo então eles deitam o decreto cá para fora para os calar, eles deitaram o decreto cá para fora para calar os que gritavam, como os que gritavam mais eram os DFA então eles deitaram cá para fora um decreto para esses, para que eles se calassem, mesmo assim esses deficientes não se de-

vem calar pois o decreto só abrange uma minoria de privilegiados e pretende fomentar a divisão entre os DFA, embora que esses sejam difíceis de dividir porque são mais coesos em volta da sua Associação, mas querem também fomentar a divisão entre deficientes civis e militares.

TODOS OS DEFICIENTES MILITARES E CIVIS SE DEVEM UNIR E CAMINHAR EM FRENTE

Eu não sei bem quem foi mas parece-me que ouvi dizer que um sr. ministro uma vez teria dito aos DFAs que eles não podiam aprovar-lhe o decreto porque depois eram os civis a exigir-lhe um decreto idêntico.

Aí está a prova de que tudo isto não passa de uma manobra, eu acho que todos os deficientes militares e civis se devem unir e caminhar em frente numa luta que é comum e igual para todos.

CINEMA

«Deus, Pátria, Autoridade»

Está a ser projectado no Cinema Universal, em Lisboa, o filme «Deus, Pátria, Autoridade», realizado por Rui Simões.

Trata-se de uma obra dissecadora do regime fascista, salientando as pompas, os eloquentes discursos e as grandes paradas e desfiles, por detrás dos quais se escondia a miséria e o sofrimento de um povo amordaçado. Este filme mostra bem até onde os ditadores podem levar um povo, explorando os seus sentimentos e agindo em nome do que lhes é caro.

Era em nome de Deus e da Pátria que o povo era explorado; era em nome de Deus e da Pátria que a autoridade se justificava e exercia; era em nome de Deus e da Pátria que a guerra se fazia.

Contrastando com a podridão do regime fascista o filme apresenta o 25 de Abril e a pureza das suas intenções, acompanhado da imediata luta dos trabalhadores pelos seus direitos, pela sua emancipação. Uma luta que nem sempre se ganha que, muitas vezes se perde, mas que é uma luta e que visa uma vitória final.

A guerra colonial, mais os males que provocou ao povo português, é um dos aspectos focados no filme.

Aí é também enquadrada a realidade dos militares que perderam a vida nessa guerra ou contrairam deficiências. Os deficientes das F.A. também fazem parte do argumento do filme, constam nas imagens e no som.

«Deus, Pátria, Autoridade», é um filme que interessa especialmente aos deficientes das F.A., interessa a estes e a todo o povo português. Conta-nos um pedaço da História de Portugal, uma fase da história que chega até ao presente. É importante ver a história do presente e do passado recente, sobretudo quando os políticos impingem todos os dias versões contraditórias.

Os deficientes das F.A. têm entrada gratuita, mediante apresentação do cartão de sócio da Associação, na bilheteira do Cinema Universal, em Lisboa.

Cole o selo da sua viatura com um autocolante próprio da ADFA.

À venda na Associação.

PÁGINA CULTURAL

FOI SEMPRE, AO CORRER DOS TEMPOS, PREOCUPAÇÃO MÁXIMA DO HOMEM CONHECER-SE A SI PRÓPRIO E CONHECER O MUNDO QUE O RODEIA. ESSA PREOCUPAÇÃO CONTINUA E CONTINUARÁ, PELO MENOS ENQUANTO O HOMEM NÃO SACIAR A SUA SEDE DE SABER, DE CONHECER. SEDE PERMANENTE DE SABER QUE JAMAIS SERÁ SACIADA; VONTADE PERMANENTE DE CONHECER QUE JAMAIS SERÁ TOTALMENTE SATISFEITA. MAS A VERDADEIRA MISSÃO DO HOMEM TERÁ QUE CONSISTIR NUMA LUTA SEM TRÉGUAS MOVIDA AO DESCONHECIDO, A SI E ÀS COISAS, MESMO QUE TENHA QUE CONCLUIR, COMO O FILÓSOFO GREGO, «APENAS SEI QUE NADA SEI».

O crescimento da população, em todo o Globo, está a tornar-se uma das questões preocupantes, senão ameaçadora, para a própria humanidade. Sobretudo porque esse crescimento se verifica, especialmente, nos países subdesenvolvidos. Sobretudo porque os alimentos nesses países e outros meios essenciais à vida não crescem, de forma alguma, proporcionalmente à população.

Esta questão torna-se preocupante, até na medida em que se assiste a uma divisão cada vez mais nítida entre as nações: nações ricas e nações pobres. Pode-se dizer que os países ricos são cada vez mais ricos e cada vez possuem em maior abundância os bens essenciais (e supérfluos), enquanto os países pobres são cada vez mais pobres e cada vez têm mais carência de bens essenciais (isto em relação ao aumento constante da população).

O artigo que a seguir se publica, extraído da revista «O Correio da UNESCO», ilustrado com uma figura, ilustra esta análise à distribuição da fome e da riqueza através do Globo.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO OU CRESCIMENTO ECONÓMICO?

Escolha dramática para uns falso problema para outros

Foi necessário no mínimo um milhão de anos para que a população humana atingisse o primeiro bilião. Antes do aparecimento da agricultura sedentária, há cerca talvez de 8 000 anos, o número total de seres humanos deveria estar entre 5 e 10 milhões. Uma organização social mais elaborada permitiu o crescimento das populações, e há 2 000 anos o mundo contava de 200 a 400 milhões de habitantes.

O bilião atingido por volta de 1800, e o segundo bilião cerca de 130 anos depois. O terceiro demorou apenas 30 anos. Para o quarto bastarão 15 anos.

A população mundial aumenta em consequência de um movimento natural: o excedente de nascimentos sobre mortes. A queda da mortalidade manifestou-se primeiro nos países desenvolvidos, mas também é sentida de forma bastante nítida na África, na Ásia e na América Latina nos últimos 30 anos.

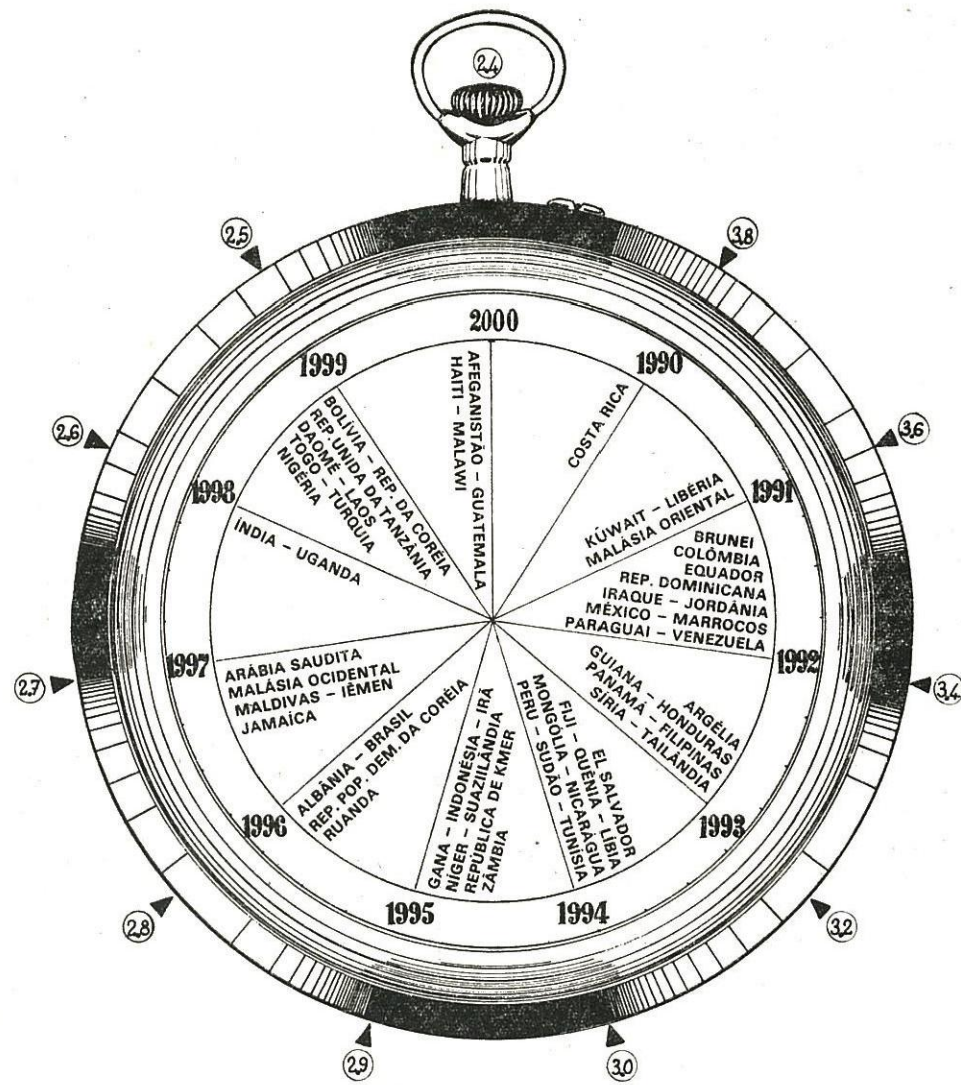
Mas enquanto nos países mais adiantados o normal é que as famílias sejam pequenas, nas regiões mais pobres a taxa de natalidade mantém-se elevada.

Produziu-se assim, nos tempos modernos, uma forma de transformação na reprodução da espécie humana, e essa transformação destruiu um equilíbrio. Nunca se vira a taxa de mortalidade baixar tanto como nos últimos 100 anos. O decénio actual demonstra, portanto, o maior crescimento demográfico que o mundo já conheceu.

Por mais terríveis que tenham sido as perdas de vidas humanas nos massacres das guerras, por mais numerosas que tenham sido as mortes em consequência de terremotos, inundações, fome e epidemias, elas não impediram o aumento da população.

Calculou-se que todos os desastres ocorridos a partir de 1850, em escala nacional ou local, representaram um retardamento de apenas 10 anos no aumento da população. Se não tivesse havido nenhuma guerra, nem fome, nem epidemia depois de 1850, a população mundial teria ultrapassado dos três biliões e meio em 1960, e não em 1970.

Para os peritos das Nações Unidas, o «crescimento zero» em matéria de população é, a longo termo, uma proposição inevitável. Sem contar os cataclismos naturais, o homem pode atingi-lo deliberadamente através de meios aceitáveis (principalmente o controle da natalidade) e também de formas desagradáveis (um aumento da mortalidade, por exemplo).



O INSTANTE FATAL — Este relógio mostra a relação tempo/índice de crescimento que acarretará, inelutavelmente, até o ano 2000, a duplicação da população em vários países, se os índices de crescimento não se modificarem no período. O relógio deve ser lido no sentido do movimento dos ponteiros. Os números escritos fora do mostrador indicam os índices actuais de crescimento: 3,8... 3,6... etc.; dentro do mostrador estão os anos nos quais, ao ritmo actual, será duplicada a população de um ou dos diversos países cujos nomes se lêem dentro do círculo central. Por exemplo: Costa Rica, índice de crescimento 3,8: duplicação da população em 1990, ou seja, de 1 800 000, actualmente a 3 600 000. Outro exemplo: Índia, índice de crescimento 2,6: duplicação da população em 1998, ou seja, de mais de 550 milhões, actualmente, a mais de um bilião

A não ser que se produzam desastres de envergadura até agora desconhecida, é praticamente certo que a espécie humana se multiplicará de modo ainda mais acentuado no futuro. Mas uma população não pode aumentar indefinidamente. Se o crescimento não for contido por desastres, deverá ser reduzido por uma diminuição da taxa de natalidade comparável à registada quanto à taxa de mortalidade.

Tornou-se assim evidente que «hoje em dia, mais do que nunca, é preciso considerar de maneira global, em escala mundial, o problema criado pelo crescimento das populações, e estudar as políticas nacionais ao nível de suas consequências internacionais».

O mundo chega a um ponto em que não só as decisões individuais deverão ser avaliadas em termos de interesse nacional, mas também as próprias decisões nacionais terão de ser avaliadas em função da comunidade mundial e dos seus interesses.

Todavia, se tudo indica que se pode esperar em vários países desenvolvidos seja atingida a taxa de crescimento zero num futuro previsível, seria bem pouco realista esperar o mesmo dos países actualmente em desenvolvimento.

A demografia não pode ser separada dos problemas de desenvolvimento no sentido mais amplo. Geralmente um alto nível de desenvolvimento económico e social é acompanhado por um decréscimo da natalidade. Por outro lado, a não-desaceleração do crescimento de uma população pode comprometer gravemente o desenvolvimento económico.

Sem desenvolvimento económico e sem transformação radical das estruturas sociais será difícil desacelerar o crescimento da população. E não basta diminuir o crescimento para resolver o problema da pobreza.

O estudo das Nações Unidas demonstra que todas as políticas de governo referentes ao crescimento

económico e ao desenvolvimento social podem afectar, de uma forma ou de outra, a natalidade. Ao buscar maior prosperidade, certas políticas e certos programas também podem reduzir os benefícios e aumentar os custos da criação de filhos, tornando-se assim políticas de limitação de natalidade, enquanto outras podem ter como efeito estimular a fecundidade.

O espantoso crescimento da família humana nas próximas décadas poderá levar a uma reavaliação das necessidades e dos valores do homem. Não importa qual seja a natureza do *habitat* — nas grandes cidades e nas cidades pequenas, nas vilas ou em pleno campo; por toda a parte as populações aumentam muito. Isso pode demandar, no que concerne à organização económica e social, soluções e métodos diferentes dos que foram satisfatórios no passado.

O ambiente cultural e político, e também a situação internacional, podem levar a um futuro voltado para novas direcções; o mesmo se pode dizer com relação à falta de capitais ou à desigualdade geográfica das fontes de investimento. Talvez a humanidade tenha de reformular alguns de seus objectivos.

Revoluções no pensamento, nos sentimentos, nas atitudes poderão ser necessárias e talvez mesmo imprescindíveis. O Ano Mundial da População oferece a oportunidade de uma reflexão sobre os objectivos fundamentais da espécie humana.

Vários países em desenvolvimento, cuja superfície e recursos naturais são grandes em relação à população, declararam-se contrários a qualquer campanha mundial de limitação de natalidade.

É o caso do Brasil, que defende a sua posição vigorosamente. Em recente reunião das Nações Unidas dedicada à população, o representante brasileiro declarou não compreender por que os países desenvolvidos, de grande densidade demográfica, pedem aos países de densidade menor que sejam razoáveis em termos demográficos e desacelerem o seu crescimento. Se a população e o seu crescimento preocupam tanto os países desenvolvidos, não seria melhor que estes transferissem para o Terceiro Mundo novos projectos e investimentos, em vez de importarem mão-de-obra estrangeira?

O Brasil e outros países acham que o crescimento demográfico foi excessivamente dramatizado. O desenvolvimento sempre se deu no sentido das zonas densamente povoadas para as outras, e a história demonstra que um aumento rápido da população foi sempre sinal de desenvolvimento. É unicamente pelo desenvolvimento da economia que haverá solução para os problemas demográficos, e não pelo facto de se tornarem obrigatórias as medidas anticoncepcionais.

O Brasil pediu à comunidade internacional que fornecesse, antes de tudo, informações concretas, nas quais os governos se pudessem basear para estabelecer as suas políticas.

Segundo o delegado do Chile na

(Continua na 7.ª pag.)

VIDA ASSOCIATIVA

ENSINO ESPECIAL PARA DEFICIENTES

Iniciam-se em breve os trabalhos no Ministério da Educação e Investigação Científica relativos à elaboração de um diploma sobre ensino especial para deficientes.

A necessidade da criação de um sistema especial de ensino para deficientes parte do facto de os deficientes (sobretudo os das Forças Armadas) serem adultos, terem um conjunto de conhecimentos advindos da sua experiência e da sua vivência, sendo, por isso, ridículo que sejam submetidos àquele ensino demasiado teórico, analítico e insípido, que está a ser ministrado aos adolescentes. Mesmo para estes o actual tipo de ensino não corresponde ao sistema mais próprio. Apenas os adolescentes são injectados com uma série de teorias, para as quais eles muitas vezes não vêem aplicação na prática, na vida do dia a dia.

Os deficientes, além de adultos, são ainda deficientes, são pessoas com outros tipos de problemas que os outros adultos não têm. Podem ser, de certo modo, comparados aos adolescentes, podem, tal como estes ser situados no limiar de um outro mundo. Apenas com a diferença de que o adolescente é bem aceite por esse mundo, enquanto que com o deficiente se passa o oposto. O adolescente parte para esse mundo com a intenção de conquistá-lo, dominá-lo, transformá-lo. O deficiente parte para esse mundo (que é a sociedade) com a intenção de por ele ser recebido e aceite, de nele participar. Ou pelo menos, em termos razoáveis, é o melhor que se pode oferecer ao deficiente, de ser aceite pela sociedade. A não ser que sejamos mesmo ambiciosos e revolucionários. Então a questão pôr-se-ia em termos semelhantes aos do adolescente: o deficiente partiria para esse mundo com a intenção de conquistá-lo, dominá-lo, transformá-lo, fazer dele um mundo melhor, mais perfeito. E porque não criar um tipo de ensino especial para deficientes que tenha esse âmbito revolucionário, que tenha o mérito de fazer do deficiente um agente revolucionário por excelência?

DESPORTO PARA DEFICIENTES

Já noticiámos neste jornal que a ADFFA está empenhada no desenvolvimento de actividades desportivas para deficientes. Referimos também que representantes da Associação foram recebidos pelo Secretário de Estado dos Desportos e que este prometeu apoiar a ADFFA dentro de todas as possibilidades daquela Secretaria de Estado. Aliás, essas possibilidades, a existirem será apenas em potência, visto que em Portugal pouco ou nada se tem feito no capítulo do desporto para deficientes, não estando a própria Secretaria de Estado preparada para isso. Foi, no entanto, afirmado pelo dr. Silva Graça que iriam ser criadas as estruturas e serviços necessários para o arranque neste campo, referindo, inclusivamente, o apoio que outros países poderiam dar a Portugal.

O dr. Silva Graça, Secretário de Estado dos Desportos, deslocou-se recentemente à Polónia para tratar de assuntos relacionados com o desporto. Em declarações presta-

das à sua chegada a Lisboa, após ter visitado esse país, aquele membro do Governo disse a dado passo: «Um aspecto que considero também muito importante é o apoio que os polacos nos irão dar no tocante ao problema da Educação Física e do Desporto para deficientes. Em Portugal, neste campo, não há nada, ou quase nada, e nós estamos muito interessados em desenvolver este aspecto concreto. Da parte dos polacos estão bastante desenvolvidos neste campo, vamos ter apoio interessado».

Esperamos que de facto a Polónia apoie Portugal no desenvolvimento do desporto para deficientes e que outros países desenvolvidos neste campo lhe sigam o exemplo. Os deficientes das F. A., tal como todos os deficientes em Portugal têm urgência que esse apoio se verifique efectivamente e que neste País a prática do desporto passe a ser encarada como uma necessidade e não como um luxo.

APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI DOS DEFICIENTES DAS F. A.

Continuam a surgir problemas no que respeita à execução do Dec.-Lei 43/76 (Decreto-Lei dos Deficientes das F. A.). As Portarias já publicadas (Portaria n.º 73/76 e Portaria n.º 94/76) não vieram fazer muita luz sobre o obscuro campo de aplicabilidade do Decreto. Falta ainda ser publicada uma Portaria, a última, mas pensa-se que esta também não resolverá as situações de dúvida e controvérsia que estão a surgir.

Em contacto com o Gabinete do Ministério da Defesa Nacional fomos informados que todas as dúvidas que estão a surgir só poderiam ser eliminadas pela CMRA (Comissão Militar de Reabilitação e Assistência) — e isto depois da sua formação, claro. Nesta comissão participará um delegado da ADFFA, como consta da Portaria n.º 73/76, publicada no último número do ELO.

CONCESSÕES ESPECIAIS PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA

No último número do ELO, em folha destacável foram publicadas as disposições estabelecidas pela Caixa Geral de Depósitos, para a aquisição de habitação própria dos Deficientes das Forças Armadas. Por lapso o texto relativo a essas disposições não foi precedido de um preâmbulo a explicar que essas disposições beneficiam os deficientes das F. A. abrangidas pelo Dec.-Lei 43/76.

O Dec.-Lei 43/76 refere no artigo 14.º (Direitos e regalias dos DFA), no número 8, que «o DFA tem direito à aquisição ou construção de habitação própria nas mesmas condições que vierem a ser estabelecidas para os trabalhadores das instituições de crédito nacionalizadas as que passam a ser aplicadas aos Deficientes das F. A. abrangidos pelo Decreto-Lei 43/76.

Disposições da Caixa Geral de Depósitos para Aquisição e Habitação Própria:

1.º — No sentido de fomentar a aquisição de habitação própria, as instituições bancárias concederão um crédito especial aos seus empregados nas seguintes condições:

- O prazo máximo será de 25 anos;
- Todo o empréstimo terá que estar liquidado até o beneficiário completar 65 anos de idade;
- A taxa a praticar será a taxa de redesconto do Banco de Portugal deduzida de 1 %.

— Em futuras actualizações da taxa de redesconto do Banco de Portugal a taxa sobre os empréstimos em curso só será corrigida desde que tal não acarrete agravamento de encargos para o beneficiário e apenas em relação às prestações vincendas.

2.º — O limite máximo do empréstimo a conceder será de 840 contos, não podendo o custo de habitação ser superior a 1200 contos.

3.º — O valor do empréstimo será definido pelas seguintes percentagens sobre o valor total da habitação em função do custo por metro quadrado:

- Até 6 contos o metro quadrado — 90 %.
- De 6 a 9 contos por metro quadrado — 80 %.
- Mais de 9 contos por metro quadrado — 60 %.

Conclusões do 1.º Congresso Nacional da ADFFA

(Continuação da 1.ª pág.)

que permitirá uma livre e franca iniciativa, dentro dos princípios de uma acentuada descentralização, sempre dentro de uma operacionalidade centralizadora.

No novo projecto de Estatutos da ADFFA afirma-se como uma Associação livre e tem como fundamental objectivo a defesa e protecção dos interesses sociais, económicos, morais e profissionais de todos

4.º — O beneficiário:

- Garantirá o valor da importância em dívida, por hipoteca da habitação adquirida, a favor da Instituição de Crédito.
- Constituirá um seguro de vida em ordem a que em caso de morte a habitação seja transmitida aos seus herdeiros sem qualquer encargo.

Além destas condições especiais os Deficientes das F. A. poderão ainda beneficiar das condições recentemente aprovadas pelo Governo e que abrangem toda a população. No próximo número do ELO esperamos apresentar a descrição dessas condições, conforme Decreto-Lei que será publicado no «Diário do Governo».

REUNIÃO DE TRABALHO DE TERÇA-FEIRA, DIA 9/3/76

Era a seguinte, a ordem de trabalhos: informações sobre a reestruturação dos serviços da ADFFA, informações sobre o Grupo de Acção Cultural recentemente formado na Associação.

Sobre o primeiro ponto, foi esclarecido que os trabalhos de reestruturação dos serviços se encontram já em fase de conclusão, tendo já sido nomeadas as pessoas que ficaram à frente dos serviços.

Sobre o Grupo de Acção Cultural que é integrado por trabalhadores da ADFFA e professores que na sede da Associação dão aulas aos deficientes, foi feita uma exposição sobre o trabalho que se propõe realizar e foi também esclarecido que todos os associados que desejem colaborar com o grupo serão bem recebidos, pois que se deseja que o grupo tenha um carácter tão amplo quanto for possível.



Aspecto da sala do Congresso durante a 1.ª sessão

aqueles que são portadores de deficiência permanente, física ou mental, resultante de acidente ou doença adquirida ou agravada durante a sua prestação do serviço militar, assim como daqueles que à data da morte dos militares deles dependiam directa e economicamente.

Neste projecto de Estatutos salienta-se a consciência de que o desenvolvimento de actividades próprias conducentes à reintegração dos Deficientes das Forças Ar-

dos Deficientes numa perspectiva socialista.

O projecto de Estatutos aprovado no Congresso será apresentado à Assembleia Geral para ratificação a realizar no dia 20 de Março.

A próxima Assembleia Geral, além da ratificação dos Estatutos aprovados pelo Congresso, aprovará o regulamento eleitoral e marcará a data das eleições para os novos corpos directivos da Associação.

AVISO

AOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, A QUEM A JUNTA HOSPITALAR MILITAR E A JUNTA MÉDICA DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (Junta Civil) NÃO ATRIBUIU GRAU DE DESVALORIZAÇÃO

Da Repartição Geral da Direcção do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército, recebemos a nota n.º 4113, de 24 Fev./76 da RG/DSP/ME a solicitar a publicação do seguinte:

Havendo algumas centenas de militares reformados por invalidez por acidentes ocorridos em serviço de campanha a quem não foi atribuído grau de desvalorização convindo levar ao conhecimento dos mesmos, pelo meio mais rápido que deverão requerer nova J. H. I., solicito de V. Ex.ª os bons ofícios a fim de ser publicado no ELO o seguinte aviso:

«Avisam-se todos os militares reformados por invalidez por acidentes ou doenças adquiridas em serviço de campanha, Manutenção da Ordem Pública ou Prática de acto Humanitário a quem não foi atribuído grau de desvalorização, que deverão requerer a Sua Ex.ª o Chefe do Estado-Maior do Exército (papel comum) para serem submetidos a nova J. H. I., a fim de lhe ser atribuído grau de desvalorização».

A referida nota do Ministério do Exército refere que «existem algumas centenas de militares reformados por invalidez por acidentes ocorridos em serviço de campanha a quem não foi atribuído grau de desvalorização».

A fim de facilitar aos interessados o cumprimento do solicitado na nota enviada à ADFA, passa-se a apresentar a minuta própria para este requerimento, que pode ser enviado directamente à 5.ª Secção da Repartição Geral do Ministério do Exército (Praça do Comércio — Lisboa). Em caso de dúvida, podem dirigir-se à Secretaria da ADFA, ou às Delegações.

Eleições na ADFA

(Continuação da pág. 8)

ciados, para que a ADFA tenha uma Direcção firme e coesa que possa defender intransigentemente os interesses dos associados frente ao governo ou qualquer outra entidade que os pretenda lesar.

Estas eleições de acordo com o que está definido no novo projecto de estatutos serão realizadas a nível de zonas em Assembleias simultâneas, para que os associados tenham mais facilidade em votar sem precisarem de se deslocar a Lisboa. De acordo com o definido no novo projecto de estatutos, Portugal ficaria, para os fins da ADFA,

dividido nas seguintes zonas: Norte, Centro, Lisboa e Sul. Os locais, horas e demais instruções sobre as eleições para os novos corpos directivos da Associação serão oportunamente divulgados, depois da aprovação do novo projecto de estatutos.

O ELO publicará também essas instruções para que nenhum associado tenha dúvidas de como deverá proceder quando chegar a hora da opção. É necessário que ninguém fique por votar, é necessário que todos participem.

RAIMUNDO
Sócio N.º 552

MINUTA

SENHOR CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

EXCELENCIA:

Nome Posto N.º
pensionista de invalidez n.º, residente em
..... (morada completa), vem
requerer a V. Ex.ª que seja submetido a nova J. H. I. a fim de lhe
ser atribuída a percentagem de desvalorização a que se refere a
nota 4113-P.º 22/5 da RG/DSP/ME de 24 Fev./76, para efeitos de
actualização da sua pensão, nos termos do Decreto-Lei 43/76 de
20 de Janeiro.

Pede deferimento

Local e data
Assinatura

NOTA: O requerimento é em papel azul de 25 linhas.

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Divisão comercial e oficinas protegidas

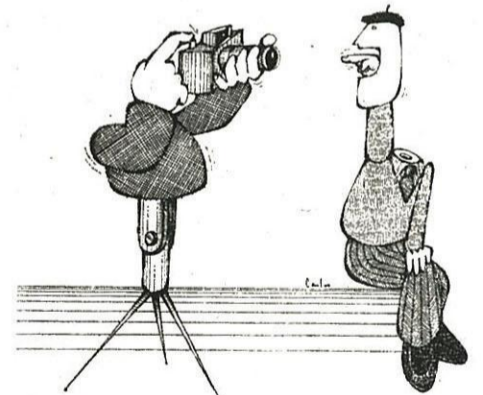


Oficina-Escola de Electrónica



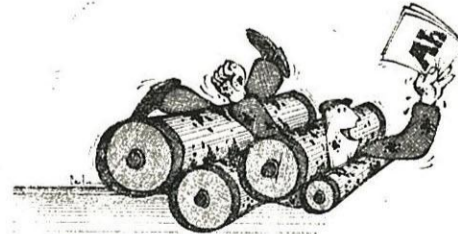
Reparações de rádios, televisores e quaisquer outros aparelhos eléctricos

Oficina-Escola de Fotografia



Executa todos os trabalhos a preto e branco. Muito brevemente, também a cores

Tipografia-Escola



Executa todos os trabalhos de tipografia e encadernação

CONSULTANDO as nossas oficinas-escola está a colaborar com a reabilitação e reintegração dos Deficientes das Forças Armadas.

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

Largo de S. Domingos — Telefone 36 21 67 LISBOA

Quem tem medo dos deficientes?

As sociedades e os homens que conduzem as sociedades têm medo dos Deficientes. Carimbam-nos de inválidos, lançam-nos nas esquinas a pedir esmola e temem-nos. Assustam-se perante a força da sua revolta; arrepiam-se perante a ideia de um levantamento geral; pesa-lhes a consciência perante o espelho em que constantemente vêem o seu crime.

O paralítico andrajoso estendido a um canto pode assustar os poderosos condutores das sociedades. Na carência e na miséria o paralítico — o senhor do conforto não pode deixar de ver as suas abundâncias e extravagâncias. Mas ver? Talvez não interesse saber. Interessa saber, isso sim, que o senhor do conforto teme o Deficiente. E o Deficiente sabe isso? Aqui interessa, interessa que o Deficiente saiba.

DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO ANALISAM A SUA SITUAÇÃO

Realizou-se no passado dia 6 de Março, em Lisboa, na sede da ADFA, Palácio da Independência, um Plenário de deficientes sinistrados no trabalho, promovido pela Direcção da Delegação em Lisboa da ANDST (Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho).

Para esta reunião foram convocados, além dos deficientes, os trabalhadores das companhias de seguros e os funcionários dos Tribunais de Trabalho. Pretendia-se que estes trabalhadores elucidassem os deficientes acerca das situações e vários problemas que os afectam, os quais correm por essas instituições.

Não foram muitos os deficientes que compareceram a esta reunião de trabalho, o que, aliás, não significa que ela não tivesse decorrido com interesse para as pessoas presentes e que não tivesse marcado mais um passo na caminhada que os deficientes do trabalho estão a empreender para uma organização eficiente e que seja capaz de representá-los e defender os seus interesses.

A importância da reunião avalia-se pelos assuntos aí focados e sua importância para as centenas de milhares de deficientes sinistrados no trabalho que esperam que alguém lhes resolva os seus problemas; que ainda não tomaram consciência que essa resolução depende deles, sobretudo deles, e das suas capacidades (ainda que por eles julgadas fracas ou nulas).

Nesta reunião dos deficientes do trabalho, foi focado que os deficientes são sempre o espelho da sociedade; que eles reflectem sempre a sociedade boa ou má onde vivem (ou estão marginalizados). O estado de abandono em que se encontram os deficientes numa sociedade capitalista de consumo, constitui uma necessidade dessa mesma sociedade que é incapaz de resolver tão grave problema. Nas sociedades capitalistas de consumo os trabalhadores não são mais que uma peça da grande máquina que produz. Uma vez que o trabalhador fica deficiente, continua a ser encarado como uma peça e, como a sua reparação (reabilitação) para se poder adaptar novamente à máquina fica dispendiosa, é lançado para o lixo (é segregado e marginalizado).

O trabalhador deficiente é uma peça que facilmente as sociedades podem substituir, aquelas sociedades onde há permanentemente e com abundância, trabalhadores esmolando trabalho.

Esta e outras questões foram debatidas na reunião a que nos estamos a referir. Pena é que os deficientes não tenham adquirido ainda a prática da participação, das reuniões, da discussão colectiva. Só todos, em conjunto, unidos serão uma grande força; uma força não só capaz de denunciar o vil trata-

mento de que foram objecto por uma sociedade que eles próprios alimentavam, mas, e sobretudo, capaz de encontrar as soluções adequadas para a sua situação e exigilas a quem de direito.

Os deficientes sinistrados no trabalho viram recentemente, alguns, as suas pensões aumentadas. Mas aumentadas de algumas centenas de escudos, nunca atingindo, as mais elevadas, o vencimento nacional mínimo (4000\$00). A miséria continua. Mas os deficientes martirizados por fortes privações, auferindo pensões de duzentos ou trezentos escudos, que viram agora as mesmas aumentadas para mil escudos, sentiram um pequeno alívio; sentiram a miséria mais leve.

E dentro do lema de «do mal o menos», muitos deles até aceitam. Muitos até exprimem a sua resignação num gesto de contentamento. Que direito tem a sociedade de comutar o grau de miséria, de fome, de dor, de sofrimento das pessoas? A sociedade deve cumprir o dever, isso sim, de transformar a miséria em vida digna. Mas muitos milhares de deficientes sinistrados no trabalho nem sequer viram o seu índice de miséria bulir. Para muitos milhares as pensões nunca foram aumentadas, porque eles nunca tiveram qualquer espécie de pensão.

Para não alongarmos, para já, a análise desta questão, deste cancro da sociedade em que vivemos, vamos salientar alguns dos pontos constantes de uma comunicação lida na mesa durante a reunião dos deficientes sinistrados no trabalho.

APELO AOS TRABALHADORES

O deficiente sinistrado no trabalho, enquanto válido, trabalhou para uma sociedade que, logo após o acidente, o abandonou, o desprezou, o ignorou; lançou assim para a miséria, este viu-se à margem dessa sociedade que ajudou a construir, passando a ter para essa menos valor que uma máquina, que qualquer objecto.

Uma máquina avaria-se, é reparada e volta a ser útil, o mesmo acontece com um simples objecto; tudo tem reparação, tudo tem utilidade.

Mas com um ser humano isso não acontece, porquê? Porque estamos nós abandonados? Porque não são criados no nosso país centros de recuperação e reabilitação profissional? Porque é que os trabalhos que poderiam ser feitos por deficientes são exercidos por pessoas que poderiam desenvolver qualquer outra actividade? Aonde está a humanidade? O que é justiça social?

A todas estas perguntas os nossos governantes deviam responder, mas, já que o não fazem, competilhes dar-nos todo o apoio para que nós possamos resolver os nossos próprios problemas e os daqueles que, amanhã, se encontrem na nossa deplorável situação.

Porque continuamos nós deficientes do trabalho a ser ignorados por aqueles que, afinal, devem ser os nossos maiores aliados. Os Trabalhadores? A nossa luta, por uma verdadeira justiça social, teve início logo após o 25 de Abril de 1974, estão decorridos quase dois anos e, no entanto, ainda não houve quem nos desse o mínimo de apoio.

Por quanto tempo continuaremos no rol do esquecimento? Afinal toda a classe trabalhadora e seus representantes parece não terem conhecimento que nós existimos; estes nossos companheiros de ontem devem lembrar-se que não estão livres de amanhã estarem junto de nós.

Assim, fazemos desde já um apelo a todos os trabalhadores e seus representantes que se solidarizem connosco e que nos apoiem.

Pedimos também a compreensão dos órgãos de comunicação social, pois só por intermédio desses poderá chegar a todos os pontos do nosso país o conhecimento da nossa luta.

Se nós, deficientes do trabalho, reclamamos perante as Companhias de Seguros ou Tribunal de Trabalho, a resposta é só uma, é a Lei; pois é verdade, é esta a Lei o maior entrave da resolução dos gravíssimos problemas com que nos debatemos, e é contra esta Lei que nós lutamos, e lutamos isso sim, por uma nova Lei que venha ao encontro das reais necessidades de todos os sinistrados de trabalho.

Para resolução de todos estes problemas organizámo-nos e fundámos a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados de Trabalho, assumindo esta a responsabilidade de lutas por uma verdadeira justiça social neste campo.

O que pensamos fazer ou exigir que seja feito em prol dos deficientes sinistrados no trabalho e trabalhadores em geral...

Criação de um organismo responsável pela prevenção e normas de protecção e segurança e higiene no trabalho, assim como uma fiscalização rigorosa para as fazer cum-

prir, evitando assim um cada vez maior número de acidentes no trabalho que se está verificando no nosso país.

Criação de Centros de Reabilitação Profissional, para que todos os deficientes que não possam jamais exercer a sua profissão podem ser readaptados, a fim de poderem desenvolver uma outra actividade.

Que o sinistrado, enquanto em tratamento (I. T. A.), receba o ordenado por inteiro e não metade ou terços desse ordenado, pois que as suas despesas não diminuam só porque ele teve um acidente, antes pelo contrário. Exemplo: 6900\$00 3300\$00.

Logo que o sinistrado passe à (I. P. P.) ou (I. P. A.) lhe seja estabelecida uma pensão justa, baseada no ordenado e não em terços desse ordenado e neste caso não nos podemos esquecer dos mais incapacitados de 70-80-90-100%, que terão que ser considerados perante a sua gravidade.

Pensões por Morte:

Deverão reverter a favor dos familiares da vítima que dela dependiam economicamente todos os seus direitos e neste caso o próprio ordenado.

Acabar, e isto a curto prazo, com o prazo dos dez anos para revisão de incapacidades podendo estas ser revistas em qualquer data em que o sinistrado ou a companhia seguradora o entendam necessário, e, para já, serem revistas as incapacidades de todos os sinistrados que entendam ter havido agravamento de lesão mesmo que estejam ultrapassados os dez anos que neste caso ficarão sem efeito para todo e qualquer sinistrado.

Instalações e alimentação dignas enquanto a cargo das Companhias de Seguros.

Carros adaptados para deficientes motores e todos os aparelhos de próteses, sempre os mais indicados à reabilitação funcional do sinistrado.

PÁGINA CULTURAL

(Continuação da 4.ª pág.)

Assembleia Geral, o problema da explosão demográfica é «artificialmente exagerado pelos países desenvolvidos, que encontram nele um pretexto para não cumprir os seus deveres para com a comunidade internacional».

Os problemas realmente urgentes são outros: «Combater as causas do subdesenvolvimento mediante aumento de intercâmbios e ajuda financeira, acesso mais fácil às tecnologias modernas, cooperação entre os países desenvolvidos e os outros em todos os sectores da assistência técnica.»

O representante do Senegal ressaltou que a Europa se desenvolveu no século XIX sem qualquer programa de controle de natalidade, e acrescentou: «Sei muito bem que a diminuição da mortalidade dá aos problemas actuais da população uma dimensão nova, mas a tecnologia aumentou também as possibilidades da indústria. Seria desastroso limitar a população de um país como o Senegal, onde a densidade demográfica é de sete habitantes por quilómetro quadrado.»

O chefe da delegação brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, Miguel

A. Ozório de Almeida, atacou a «atitude de acordo com a qual os países desenvolvidos teriam adquirido, devido ao seu próprio desenvolvimento, um direito particular à saúde e à perpetuação, passando aos povos subdesenvolvidos, mais numerosos, a responsabilidade de criar na Terra o espaço necessário... Acentuar desta forma a explosão demográfica em si mesma, sem estabelecer ligação entre a população e os recursos nacionais, inclusive o espaço geográfico disponível — é uma posição falsa e inaceitável».

«Assim, países com mais de 100, 200 e até 300 habitantes por quilómetro quadrado ficam fora desse esquema, enquanto países de menos de 20 habitantes por quilómetro quadrado estão a ser condenados por adoptar políticas demográficas que resultariam no aumento da eficiência económica e constituiriam condição necessária à sua integração nacional e à sua realização como comunidade humana.» Se os recursos devem ser compartilhados por todos, segue-se que o poder económico, a produtividade industrial e o controle financeiro também devem ser compartilhados, diz Miguel Ozório.

ACTUALIDADES

NACIONAL

Vai fazer dois anos que um punhado de capitães, descontentes com a guerra e com o regime, decidiram, em boa hora, pôr termo a um lamentável estado de coisas. O segundo aniversário do 25 de Abril vai ser comemorado, como já havia sido o primeiro aniversário, com eleições. Eleições que vêm pôr termo, praticamente, à intervenção política de um MFA moribundo, de um MFA que já passou pelas prisões, pelas masmorras que os donos do regime que ele próprio derrubou havia criado para aqueles que ousassem manifestar-se em nome do bem e da liberdade.

O MFA, que chegou a ser Movimento de Libertação, perdeu já a condução do processo. O comboio da revolução parou numa estação qualquer, numa estação onde se faz trambordo para o comboio do fascismo. Mas os trabalhadores não querem mudar de comboio. Conhecem a diferença, sabem que as linhas são bem diferentes. Viajaram 48 anos no comboio do fascismo, não querem mais. Embora esteja muito perto a estação do 28 de Maio (28 de Maio de 1926) os trabalhadores deste País não quererão por certo utilizar essa estação para qualquer paragem ou mudança.

OTELO FOI LIBERTADO

O major Otelô Saraiva de Carvalho, ex-comandante do COPCON e comandante das operações do 25 de Abril de 1974, que havia sido preso na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro (acusado de culpa própria nesses acontecimentos), foi posto em liberdade. Se foi fácil prender Otelô, pois este não ofereceu qualquer resistência quando da sua prisão, não se considerava culpado de nada, antes pelo contrário, segundo as suas declarações a um jornal francês, a sua actuação no 25 de Novembro permitiu que se impedisse uma guerra civil, não foi tão fácil libertá-lo. De facto, o homem forte do 25 de Abril havia decidido sair da prisão apenas quando todos os militares revolucionários fossem libertados. Otelô acabou por não cumprir essa decisão, por conselho dos seus próprios camaradas com ele presos, contudo, não antes que fosse ameaçado de sair a bem ou a mal.

Entretanto continuam ainda presos alguns dos militares acusados de implicados nos acontecimentos de 25 de Novembro, enquanto todos aqueles que haviam sido presos quando do 11 de Março de 1975 se encontram já em liberdade.

1.º ANIVERSÁRIO DO 11 DE MARÇO

Passou o 1.º aniversário do 11 de Março de 1975, data do ataque ao RALIS em Lisboa, pela aviação enviada de Tancos onde funcionava o quartel-general do golpe comandado pelo ex-general Spínola. O aniversário do ataque ao RALIS foi comemorado em Lisboa por uma concentração-comício, realizada em frente àquela unidade militar e promovida pelo CLARP (Comité para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários Presos). Num comunicado dessa organização, onde convocava o povo trabalhador para

esta concentração, lia-se a dado ponto:

«Aqueles camaradas que há um ano souberam abnegadamente, opôr-se às hostes de Spínola, são hoje apelidados de contra-revolucionários, encarcerados e privados de contactarem com os seus soldados e o Povo trabalhador, com cujas lutas e aspirações, na maioria dos casos, sempre se souberam identificar. Otelô e todos os militares do 25 de Abril que deixaram as prisões (a coberto das libertações dos carrascos da Pide) continuam sem liberdade, praticamente presos em casa e impedidos até de se defenderem publicamente dos que publicamente os caluniam e difamam. Entretanto, servindo de bodes expiatórios ao plano dos conspiradores, mantêm-se presos um punhado de revolucionários, civis e militares, à cabeça dos quais avulta o comandante e sub-comandantes da ex-PM».

INTERNACIONAL

MOÇAMBIQUE

A República Popular de Moçambique, pela voz do seu Presidente, Samora Machel, acaba de considerar-se em estado de guerra contra a Rodésia. A Rodésia é governada por uma minoria branca (escassas centenas de milhares de habitantes são brancos) e é, conjuntamente com a África do Sul, um dos dois únicos países de governo branco na África Austral.

O governo da Rodésia debatia-se já com enormes problemas internos. A população negra (alguns milhões de habitantes) tem o seu próprio movimento de libertação organizado para lutar contra o domínio branco. No plano internacional o governo da Rodésia era condenado pela maioria dos países, foi, inclusivamente, objecto de decisões da ONU nesse sentido.

Com o encerramento das fronteiras de Moçambique a Rodésia fica praticamente asfíxiada, tendo como única saída a África do Sul.

Estes acontecimentos vêm provar que está bem próximo do fim o domínio branco em África.

Os Deficientes e as eleições na ADFA

Neste momento difícil da vida nacional, em que os partidos políticos burgueses disputam entre si a posse do aparelho de estado para melhor poderem explorar o povo, neste momento em que o povo é dividido, porque os interesses dos políticos da burguesia assim o exigem, também estas dificuldades e divisões se reflectem na ADFA e duma forma ainda mais aguda que nos outros sectores da vida nacional, pois que os deficientes são os mais explorados e oprimidos de todos os explorados e oprimidos.

Os deficientes em Portugal têm sido sempre marginalizados, nenhum governo de antes ou depois do 25 de Abril se preocupou em resolver ou mesmo minorar qualquer dos muitos problemas que afligem os deficientes. Nós sabemos que é impossível dentro da sociedade capitalista a total reintegração sócio-profissional dos deficientes, mas a marginalização a que estes estão

RELACIONAMENTO COM PESSOAS CEGAS

1. Não se dirija a um cego, chamando-o cego ou ceguinho. Talvez você não perceba a indelicadeza de designar alguém pela sua deficiência física.
2. Numa conversa com um cego, não evite porém a palavra «cego» nem substitua «ver», pois agindo assim ajuda a reforçar preconceitos.
3. Cegueira não é desgraça. Ela tem limitações, mas o cego tem condições de ter uma vida absolutamente normal.
4. O cego não precisa de pena, mas compreensão e oportunidade.
5. Não exclame maravilhoso ao ver um cego consultar o relógio ou discar o telefone. Ele é capaz de fazer quase todas as coisas que os outros fazem.
6. Não recuse a colaboração de um cego. Como qualquer pessoa ele também pode ser útil. Faça-o apenas quando for extremamente necessário.
7. Não trate um cego como um ser diferente. Ele também está interessado em tudo quanto lhe interessa.
8. Não generalize aspectos positivos ou negativos de um cego. A natureza dotou a todos os seres de diferenças individuais.
9. Não limite o cego mais do que a própria cegueira, impedindo-o de fazer o que sabe, pode e deve fazer sozinho.
10. Não fale de sexto sentido nem de compensação da natureza, perpetuando conceitos erróneos. O cego desenvolve simplesmente recursos mentais existentes em todas as criaturas.
11. Não se dirija a um cego através de seu acompanhante, supondo assim que ele não terá condições de compreendê-lo. Ao invés disso, fale directamente com ele.
12. Em vez de segurar o cego pelo braço, deixe que ele segure o seu braço, pois pelo movimento do seu corpo, ele perceberá melhor o caminho a ser percorrido.
13. Não carregue ou puxe um cego numa condução ou numa escada, nem o rode pelos braços empurrando-o depois para uma cadeira; ao contrário, ponha-lhe a mão no encosto da cadeira.
14. Não diga apenas «à direita» ou «à esquerda» ou aqui ou ali ao orientar um cego. Essas informações são falhas e imprecisas.
15. Portas entreabertas no caminho de um cego são um sério risco para a sua integridade física. Conserve-as encostadas à parede ou fechadas.
16. Ao entrar num recinto onde se encontra um cego, fale com ele, isso ajuda-o a identificá-lo.
17. Se estiver a conversar com um cego, avise-o ao afastar-se, principalmente se o local for barulhento, pois ele poderá continuar a falar sozinho.
18. Ao encontrar um cego, não perca tempo com perguntas como «sabe quem sou eu?», nem se anuncie a todo o instante, quando ele já conhecer suficientemente a sua voz.
19. Não deixe de falar de coisas inadequadas quanto à aparência física de um cego. Faça-o, contudo, com delicadeza para que ele não passe por situações constrangedoras.
20. Ao apresentar um cego a outra pessoa, faça-o numa posição correcta, impedindo que o cego estenda a mão, por exemplo, para o lado contrário em que se encontra a pessoa.
21. Não oriente a todo o tempo a colher ou o garfo de um cego.
22. Procure auxiliar uma pessoa cega que pretenda atravessar a rua ou tomar condução, ainda que o oferecimento seja recusado ou mal recebido. A maioria agradecer-lhe-á o gesto.
23. Quando passear com um cego que já estiver acompanhado, não o pegue pelo outro braço, nem lhe dê avisos a todo o instante. Deixe-o ser orientado só por quem o estiver guiando.
24. Procure atravessar a rua com o cego em linha recta, pois do contrário ele pode perder a orientação.
25. Apresente o seu visitante cego a todas as pessoas do grupo; assim procedendo facilitará a sua integração.

Extraído da revista «Correio» da UNESCO

sujeitos pode ser suavizada, digamos, por uma política correcta no campo do emprego, da reabilitação e reintegração social.

A ADFA é já uma força a nível nacional, ela pode e deve congrega no seu seio a grande maioria dos DFA e o seu exemplo deve servir para galvanizar e mobilizar todos os deficientes civis e militares para uma congregação de esforços no sentido de obrigar o governo a adoptar medidas que defendam os deficientes em especial no campo do emprego e da reabilitação, para que possam ter uma vida digna, para que não precisem de andar de mão estendida à esmola.

Para que a ADFA tenha a força que precisa ter, ela precisa acima de tudo de ter associados, que são a sua única razão de existir. É necessário que todos os deficientes das Forças Armadas se associem e se unam à ADFA, é necessário que cada associado traga à ADFA ou-

tro associado. Isto é necessário para que a Associação se desenvolva para que possa cumprir as tarefas para que foi criada, para que defenda os interesses dos Deficientes das Forças Armadas.

A ADFA teve no dia 28/29 Fevereiro e 1 de Março em Coimbra o seu primeiro congresso, que reuniu deficientes de todos os pontos do País, onde foram discutidas várias propostas de novos Estatutos apresentadas por diversas delegações. Foi votado e aprovado um novo projecto de estatutos que será apresentado para aprovação à Assembleia Geral que em princípio se realizará no dia 20 de Março próximo.

A seguir à aprovação dos novos estatutos haverá eleições para os sócios neste acto para que as eleições e os órgãos eleitos sejam representativos da vontade dos asso-

(Continua na 6.ª pág.)